



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA – UNISUL
BERNADETE PEREIRA PACHECO**

**A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO GRUPO DA TERCEIRA IDADE “AMOR BEM”
NA COMUNIDADE MORAR BEM I NO MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ – SC**

**PALHOÇA/SC
2008**

BERNADETE PEREIRA PACHECO

**A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO GRUPO DA TERCEIRA IDADE “AMOR BEM”
NA COMUNIDADE MORAR BEM I NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ- SC**

Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social
da Universidade do Sul de Santa Catarina –
UNISUL, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Msc. Janice Merigo

PALHOÇA/SC

2008

BENADETE PEREIRA PACHECO

A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO GRUPO DA TERCEIRA IDADE “AMOR BEM” NA
COMUNIDADE MORAR BEM DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ – SC.

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Assistência Social e aprovado em sua forma final pelo curso de Serviço Social da Universidade do sul de Santa Catarina.

Palhoça, 24 de Novembro de 2008.

Prof^a. e orientadora Janice Merigo, Msc.

UNISUL

Prof^a. Geórgia Benetti, Mec.

UNISUL

Prof. José Gabriel da Silva, Mec.

UNISUL

Ao meu pai Marcelino Alfredo Pereira (*in memoriam*) e a minha mãe Constância Lopes Pereira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Agenor Junior, Keli e Elizabeth, pela força e paciência no decorrer do percurso árduo de estudos retomado na maturidade.

Às minhas irmãs, Maria, Quirina, Zenaide e Adair pelo companheirismo e palavras de apoio.

Às minhas queridas amigas Darci, Marisa, Rita e Eliana, pelas palavras de compreensão e carinho.

À minha companheira de início de estrada, fundamental para que este estudo se concretizasse, Eliete. Muito obrigada por me incentivar a retomar os estudos, e por todos os momentos de amizade em que pude contar com seu ombro amigo.

Aos amigos que fiz na caminhada, principalmente a Marina, por toda ajuda e amizade. Ao Joel, Irene, Raquel, Maristela, Ana, Cleuza, Estela, Anita, Sandra, Gabriela, Marcelo, Amarildo, Liana, Viviane, Marines, Talita, Janaina, Ielba, e outros que dividiram a mesma jornada de crescimento e fraternidade.

À funcionária Niva pela atenção e disposição nos momentos em que precisei.

À coordenadora do Curso de Serviço Social, professora Regina. Aos professores Darlene, Vera Nícia, Andréia, Silmara, Valmir, Francisco, Roberto, Dimas, Ana Maria, Ilma, Jucilia (in memória) e outros, pela generosidade na partilha do conhecimento.

Às Assistentes Sociais, Fabiana e Isolete, pelo apoio durante a realização de meu estágio.

À orientadora de campo, Assistente Social Karina Miller da Costa, pela dedicação.

Em especial, à minha orientadora professora Janice Merigo, que me acolheu e me estimulou no desenvolvimento deste trabalho.

*Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos
edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.*

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa qualitativa e quantitativa do estágio efetivado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social (SEPLAN), da Prefeitura Municipal de São José/SC. No pano de fundo emerge a questão social, ou seja, a questão do direito à habitação e o trabalho do Assistente Social. Dessa forma, foi vivenciado o trabalho integrado entre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e a Prefeitura Municipal de São José, junto à comunidade Morar Bem I. Com esse fim, uma análise foi feita através de pesquisa com o grupo de idosos “AMOR BEM”, concluindo-se que através do estágio há uma oportunidade de aprendizagem de algumas variáveis que norteiam o trabalho do Serviço Social. Aprende-se também acerca das dimensões da formação profissional, a teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa.

Palavras-chave: habitação; comunidade; idoso; Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

AMOBEM – Associação de Moradores da comunidade Morar Bem

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAT – Centro de Atendimento ao Idoso

EC-UNISUL – Equipe de Consultoria UNISUL

ESA – Educação Sanitária Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MOC – Mobilização Comunitária

OMS – Organização Mundial da Saúde

PMSJ – Prefeitura Municipal de São José

SEDU – Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento Urbano de São José

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social

UNISUL – Universidade de Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SEPLAN, POLÍTICA HABITACIONAL E DO PROJETO INTEGRADO MORAR BEM I.....	12
2.1 Prefeitura Municipal de São José e SEPLAN.....	12
2.2 A Política Habitacional no Brasil	16
2.3 Projeto Integrado Morar Bem I.....	20
3. IDOSO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....	32
3.1 Idoso: Conceitos e Significados.....	32
3.2 A Participação como Direito Democrático.....	38
4. APRESENTANDO A PESQUISA.....	42
4.1 Objetivo e metodologia.....	42
4.2 Análise dos dados.....	43
5. CONCLUSÃO.....	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Considerando a historicidade de vida humana e seu envelhecimento, no Brasil e no Mundo, o presente trabalho procura demonstrar a participação dos Idosos no grupo da terceira idade, “AMOR BEM”, pertencentes à comunidade Morar Bem, no Município de São José - SC.

A escolha do tema surgiu pela vinculação do estágio realizado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social (SEPLAN), da Prefeitura Municipal de São José. A SEPLAN coordena e executa o Programa Habitar Brasil BID – Projeto Morar Bem I. Compete ao município de acordo com a Lei municipal, artigo 1º, promover e disciplinar programa de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais.

O trabalho desenvolvido na comunidade Morar Bem I contava com a contratação de consultoria de profissionais, (Assistentes Sociais, um Engenheiro Agrônomo da UNISUL) que assessoram grupos organizados, e um deles era o da Terceira Idade. No entanto, a partir de 2007, acompanhou-se esse grupo na comunidade por meio de seus encontros, mediados pela SEPLAN, o que nos despertou o interesse pelo tema do idoso.

No Brasil, o número de pessoas que pertence à chamada Terceira Idade cresce consideravelmente. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde – OMS, até 2025, o Brasil será o sexto País do Mundo com maior número de pessoas idosas.

Desta forma, no trabalho de conclusão de curso pretende-se refletir sobre a importância da participação dos idosos especificamente no grupo AMOR BEM, a fim de contribuir com conhecimentos e informações sobre a participação dos idosos em

grupos, para pensarmos em espaços mais democráticos que atendam os interesses de toda a sociedade. Esse trabalho está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, é introduzido o foco do trabalho de conclusão de curso, que é a participação do idoso no grupo AMOR BEM, vinculado à comunidade Morar Bem I, por meio do processo de garantia de acesso a habitação.

No segundo capítulo enfoca-se o espaço Institucional PMSJ e SEPLAN, como espaços viabilizadores da Política Habitacional, e situa-se o Projeto Integrado Morar Bem I.

No terceiro capítulo, aborda-se a temática o Idoso, a participação comunitária e apresenta-se a pesquisa realizada com os Idosos participantes do grupo AMOR BEM na comunidade Morar Bem I.

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA PMSJ, SEPLAN, POLÍTICA HABITACIONAL E DO PROJETO INTEGRADO MORAR BEM I

2.1. Prefeitura Municipal de São José e SEPLAN

O município de São José-SC, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizado em 2007, possui 196 mil e 887 habitantes e comemora seu aniversário no dia 19 de março. Atualmente o prefeito em exercício é Fernando Melquíades Elias. A partir de 01 de janeiro de 2009 assumirá o prefeito eleito, Djalma Berger.

São José foi fundada em meados do século XVIII por 182 casais açorianos que iniciaram a colonização, onde construíram suas moradas e um cruzeiro, diante do qual o padre José Antônio da Silveira celebraria missa até ser erigida a pequena capela, elevada em 1755, à categoria de igreja paroquial. No local, vê-se hoje a Igreja Matriz, tendo ainda São José como orago.

Aumentando o número de habitantes, a povoado cresceu, desenvolvendo a lavoura e o comércio. As atividades agrícolas constituíram, como em toda a Província, fator primordial de sua economia, principalmente as culturas de algodão e linho, para cujo aproveitamento foram montados teares. Reconhecendo o Governo a importância que assumia o povoado, criou-se a freguesia em 1756.

Em 1833, São José foi elevado à categoria de vila e, em 1856 à condição de cidade. Vários distritos foram anexados e posteriormente desmembrados da cidade. Hoje o município é constituído por três distritos: São José, Barreiros e Campinas. (Cf. HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/SC, 2008).

A base da sustentação da economia josefense está fundamentada no comércio, na indústria e na atividade de prestação de serviços. Entre essas, constam também a pesca artesanal, a maricultura, a produção agro-pastoril e de cerâmica utilitária.

Nos últimos anos, o crescimento sustentável vem se destacando fortemente, atraindo investidores e empresários. Hoje o município possui aproximadamente 11 mil empresas. (Cf. REVISTA SÃO JOSÉ 258 ANOS, 2008).

Com a efetivação de São José como Município foi criada a Prefeitura Municipal e suas Secretarias para execução de políticas públicas. Relativo à secretaria de habitação, segundo Pova (2004), “o Governo Itamar lançou o Programa Habitar Brasil” voltado para população de baixa renda, para Municípios com mais de 50 mil habitantes; e o “Morar Município”, destinado aos municípios menores, onde São José foi contemplado com o programa Habitar Brasil.

A Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento Urbano de São José (SEDU) foi criada, em 14 de maio de 2000, através da Lei Nº 1.124. Essa Secretaria tinha como foco maior a coordenação e execução do Programa Habitar Brasil BID - Projeto Morar Bem I. Neste mesmo período o Município de São José estabeleceu através da Lei Nº 3.686, de 13 de Julho de 2001, normas sobre a Política Habitacional do Município, criando o Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, e o fundo municipal de habitação. De acordo com a Lei Municipal artigo 1º, compete ao Município promover e disciplinar programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais, através de convênios com entidades Públicas e privadas, observadas as disposições.

A citada secretaria, atualmente, tem no seu quadro administrativo e de operacionalização, quinze colaboradores profissionais de várias áreas. Desde a

criação da Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento Urbano de São José existia vaga para um Assistente Social, porém esta somente foi preenchida um ano após, isto é, em 2001.

Em janeiro de 2004, a antiga SEDU passou a ser nomeada SEPLAN. Hoje atuam duas assistentes sociais e três estagiárias acadêmicas do curso de Serviço Social da UNISUL - Pedra Branca. A contratação das profissionais se deu, em uma vaga, por concurso público, e na outra, por contratação com cargo comissionado.

O Assistente Social da SEPLAN desempenha funções buscando desenvolver e viabilizar programas e projetos; presta assessoria para outras secretarias onde não há assistentes sociais; atua junto ao desenvolvimento e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental, e geração de emprego e renda.

É competência do Assistente Social conforme afirmação do Código de Ética do Assistente Social (artigo 4º da Lei nº 8662/93) que regulamenta a profissão:

Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

Desta maneira, observou-se durante o processo de estágio que o Serviço Social assume compromisso ético-político e possui uma visão crítica sobre a política habitacional, compreendendo o acesso a habitação enquanto direito do cidadão.

O Assistente Social dispõe de vários instrumentos para realizar seu trabalho, entre eles entrevistas; visitas domiciliares; reuniões; pareceres; entre outros. Esses instrumentos nos permitem conhecer melhor o campo de intervenção, pois são utilizados nos espaços sócio-ocupacionais. As relações de trabalho, e o processo de

trabalho do Serviço Social são viabilizados por meio dos instrumentais acima citados.

No decorrer do exercício do trabalho profissional, observou-se que vários instrumentos são utilizados no trabalho do Assistente Social, na Diretoria de Habitação, que vão desde: visitas domiciliares; elaboração de relatórios mensais e trimestrais para Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades; participação em reuniões; trabalhos com grupos; preenchimento de cadastros sócio econômico; elaboração de projetos; realização de pesquisas; entre outros.

Na totalidade, hoje, são oito as comunidades alvos de intervenção do Programa Habitar Brasil, no Município de São José. A seleção de uma comunidade segue os critérios de ocupação por assentamentos subnormais há mais de cinco anos, em que pelo menos 60% dos moradores apresentem renda familiar de até três salários mínimos, e que apresente uma localização que configura uma situação de risco ou insalubridade em área legalmente proibida para fins habitacionais, em qualquer período de ocupação.

O trabalho da SEPLAN, em especial do Serviço Social, lida com uma antiga e imensa fratura entre o anúncio do direito à moradia e sua efetivação. Segundo Yazbek (2004, p. 26),

não podemos esquecer que estas políticas expandem direitos sociais, permitem o acesso a recursos e serviços sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil, e, sobretudo, abrem espaços para o protagonismo e para a ação coletiva de atores políticos que lutam pela realização do caráter público nas políticas sociais.

É diante deste quadro que a intervenção do Serviço Social precisa se efetivar, conforme Lima (2004, p. 170), “a partir de estratégias metodológicas de sua abordagem”, para que a participação popular possa ser tomada, de fato, como um elemento fundamental, considerando que no trabalho vinculado a política

habitacional, é fundamental o desenvolvimento e organização de comunidade, tornando-a autônoma ou não dependente da Prefeitura.

2.2. A Política Habitacional no Brasil

Nas últimas décadas constata-se uma luta da sociedade pela conquista de seus direitos, inclusive o direito à habitação.

Segundo Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005) desde que o homem é homem, a luta pela conquista da moradia tem sido uma constante em sua trajetória. E o direito à habitação é reivindicado, tal como o direito à saúde e à educação.

Para Gonçalves (2000, p. 249),

em decorrência, há o empobrecimento crescente de determinados segmentos sociais e o problema da moradia passa a ter visibilidade no cenário político. Trata-se de uma necessidade básica de ser suprida devida, entre outros fatores, ao seu alto custo e as interferências dos mercados de terra e imobiliário.

Ainda segundo Gonçalves (2000), a moradia é uma das necessidades básicas à reprodução social e da força de trabalho. A busca de um abrigo sempre esteve presente na trajetória do homem, na sua incessante luta pela sobrevivência.

Segundo Silva e Silva (1989, p. 33),

A questão habitacional brasileira, determinada pelas condições estruturais, considerada anteriormente, tem sido posta, na sociedade, pelas manifestações, pressões, reivindicações e formulações das classes populares, com destaque para os movimentos de favelas, de encortiçados, de moradores em loteamentos clandestinos e, mais recentemente, de movimentos de ocupação coletiva organizada.

Como afirmam Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), hoje se encontra uma sociedade capitalista que se organiza acentuando a dicotomia miséria X propagação da riqueza. Outros aspectos também são: o grande crescimento demográfico; a escolha dos centros urbano como local de preferência; super valorização de terra; e a

segregação social. Quanto à busca por moradia, a mesma é transformada em objeto de intervenção do Estado.

Conforme Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), no Brasil, o problema com a habitação surgiu no período escravocrata, quando esta se constituía na senzala. Também com a vinda da Família Real de Portugal para o Brasil, quando foi necessário melhorar as condições das moradias, em muitos casos efetuando-se a retirada dos moradores para alojar os que ali chegavam.

Outro momento, também importante, foi à criação das vilas operárias nas proximidades das indústrias. Segundo Silva e Silva (1989 p.29),

essa dinâmica estabelece regras para configurações do espaço físico e social e para acesso ao solo, conseqüentemente definido seu preço. A conseqüência inevitável é a expulsão da população mais pobre para área mais distante, de preço mais baixo, e que, em geral, contam com precário ou nenhum entendimento de serviços públicos.

De acordo com Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005) o acesso a estas moradias era restrito à classe média em decorrência do valor dos aluguéis, visto que, quando lançado junto às demais despesas dos trabalhadores, tornava-se impraticável, pois o aluguel se apresentava excessivamente alto para os menos favorecidos economicamente. Surge então o processo de expansão urbana, este se constitui pelo deslocamento da população mais pobre para as periferias, ocupando áreas de risco social e ambiental, favelas e loteamentos até o momento clandestinos. A partir desta problemática inicia-se a construção de conjuntos habitacionais. Com isto, as pessoas de baixa renda começam a buscar seus direitos através de reivindicação de políticas sociais que lhe apoiem. É criada, então, pelo Estado uma política habitacional no atendimento a esta luta social.

Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005) apontam que a política de habitação tem evoluído principalmente em decorrência da luta pelos direitos, o que levou a inclusão desta política nos diferentes planos de governos. Esta política iniciou-se com a

Fundação da Casa Popular que, embora apoiasse a aquisição de moradias, não possuía fontes de recursos próprios. Em 1964, se instituiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), pelo antigo Banco de Habitação (BNH), que possibilitava as famílias de baixa renda a aquisição ou construção da casa própria.

Segundo Silva e Silva (1999), as classes populares buscam suas próprias soluções, contudo muitas vezes estas são insuficientes e precárias, principalmente devido às condições materiais de superexploração a que estas classes são submetidas. Isto faz com que a questão habitacional seja uma das mais sérias enfrentadas pelos Municípios e Cidades brasileiras.

Citando Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), nos diferentes governos foram lançados programas que se voltavam ao atendimento da emergencial crise da habitação. Isto, então, impulsionou a Gestão da Política de Habitação a partir de fundos para a aquisição da casa própria. A partir da última década é que a gestão da política de habitação ganha valorização e passa a contar com algo inovador, que é o repasse aos municípios a responsabilidade e a oportunidade da promoção de oferta de financiamento para moradias populares.

Conforme Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), para facilitar a operacionalização deste projeto de grande magnitude, atualmente sob a gestão do Ministério das Cidades, foram criados programas de apoio, dentre eles: Pró-moradia; Apoio à produção; Programa Habitar Brasil. O Programa Habitar Brasil, que conta com recursos da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem por objetivo contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias que se encontram instaladas em assentamentos considerados subnormais, nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e capitais de Estados, além de fortalecer a gestão urbana.

Segundo Abiko (1994, p. 48), assentamentos subnormais são produtos de fatores estruturais, e a sua erradicação ou a mitigação de seus problemas não pode ser alcançada pela simples construção de casas, embora seja essencial a continuidade dos programas de ofertas de habitação de baixa renda. O sistema desordenado de ocupação das grandes cidades geralmente não obedece a um planejamento que contempla devidamente as variáveis ambientais e sociais.

Contudo, quando há a participação de todos os segmentos governamentais na tentativa de garantir o direito à moradia de qualidade para a população, inclusive da comunidade beneficiária, esta se estabelece. Segundo Gonçalves (1999, p. 258), a política habitacional deve ser articulada a uma política de desenvolvimento econômico e social que, entre outros aspectos, gere empregos, aumente o nível de renda, redefina o sistema financeiro habitacional, estabeleça normas para o mercado imobiliário e de terra.

A teoria da participação social pode ser definida como um processo dinâmico de interação entre os beneficiários e os agentes envolvidos, com vistas à definição clara dos direitos e das responsabilidades das partes, bem como da sustentabilidade do projeto.

Para Duarte (1999), é por meio do Serviço Social que o poder público voltará seus olhos para as vivências cotidianas, porque percebe que ali está a possibilidade de construir o cidadão, adequando-o às necessidades da nova ordem política e econômica, tornando-o independente.

2.3. O Projeto Integrado Morar Bem I

Segundo Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), a política de habitação no Brasil tem evoluído em decorrência da luta pelos direitos. Não podendo deixar de destacar a precária situação de moradia do município de São José – SC, que concebeu a elaboração do Projeto Integrado Morar Bem I para viabilizar o reassentamento de famílias para uma nova área urbanizada.

Em julho de 2004, a Prefeitura Municipal de São José firmou contrato com a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL para a atuação no Programa Habitar Brasil/BID – Projeto Integrado Morar Bem I. A UNISUL passa a integrar o Projeto com uma equipe de consultoria para o trabalho social, com o propósito de associar-se à equipe técnica da Prefeitura Municipal de São José. Na consecução do objetivo de melhorar a qualidade de vida e integração das novas famílias que serão reassentadas, advindas de área de risco e de preservação ambiental, localizadas em encostas nas Comunidades Metropolitano e Pedregal.

Segundo Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), a UNISUL desenvolve ações voltadas ao Projeto de Participação Comunitária, atuando no processo de Mobilização Comunitária – MOC, bem como em Educação Sanitária Ambiental – ESA. O trabalho visa à efetiva participação dos moradores no processo de organização comunitária a partir da perspectiva sócio-ambiental. Tem por objetivo a organização da população contribuindo desta forma para a valorização da cidadania, por meio da elevação da auto-estima e da criação de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida.

Conforme Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), o propósito da UNISUL é de assegurar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, necessária à qualificação

formativa e à produção do conhecimento, concretizando a missão institucional, que prevê Educação inovadora com qualidade em suas funções e serviços de ensino, pesquisa e extensão, para formar o cidadão e contribuir com o desenvolvimento regional sustentável.

Para Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), o município de São José geograficamente é porta de entrada obrigatória para a capital Florianópolis, além de estar localizado no eixo da BR – 101, com destino ao norte e sul do Brasil. O município teve um crescimento desordenado provocando uma série de problemas urbanos praticamente sem plano diretor.

A situação de moradia inadequada em São José pode ser observada pela ocupação desordenada nas encostas dos Morros do Pedregal e Metropolitano onde foram se fixando famílias. Com a situação habitacional e a urbanização precária constata-se limitações de toda ordem, fazendo com que direitos sejam desprezados e a cidadania diluída. (SILVEIRA, DAL ZOTTO, ARAÚJO, 2005).

De acordo com Silveira, Dal Zotto e Araújo (2005), é de competência do poder público encontrar soluções para as questões de habitação inadequadas. No município de São José, foi aprovada a criação do Fundo Municipal de Habitação objetivando desenvolver políticas habitacionais para o município, assim como efetivar parceria com a Caixa Econômica Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do programa Habitar Brasil/BID.

A Prefeitura Municipal de São José realizou, em 2000, uma pesquisa censitária nas comunidades Metropolitano e Pedregal, objetivando o levantamento de moradores das áreas prioritizadas para a intervenção do Programa Habitar Brasil/BID. Foram cadastradas, nesse levantamento, 600 famílias em sub-habitações, sendo que 470 no Metropolitano e 130 no Pedregal. Este Projeto deu

origem ao Projeto Integrado Morar Bem I. Este último apresenta o reassentamento de famílias para a nova área urbanizada; desenvolve o fortalecimento da promoção social; a valorização da cidadania e organização comunitária através da participação de grupos organizados; a desocupação e recuperação da área de preservação ambiental. (SILVEIRA, DAL ZOTTO E ARAÚJO, 2005)

A Equipe de consultoria da UNISUL foi coordenada, de julho de 2004 até maio de 2007, por Darlene de Moraes Silveira, Assistente Social, Professora UNISUL, com a participação do José Gabriel da Silva, Engenheiro Agrônomo, Professor da UNISUL, Coordenador de Educação Sanitária e Ambiental, e Vera Nícia Fortkamp de Araújo, Assistente Social, Professora UNISUL, além de Maria de Lourdes Teixeira, Socióloga, e Elizabeth da Silva Ferreira, Assistente Social.

No período de julho de 2004 até maio de 2007, as principais atividades, segundo Silveira (2007), foram: assessoria e acompanhamento da Comissão Provisória de Moradores, e a partir desta derivaram as sub-comissões criada mediante o planejamento; a efetivação das comissões: de apoio social, de trabalho e renda, de educação, de lazer de transporte e do grupo de estudo, para a criação da Associação de Moradores; mobilização e a capacitação de lideranças e de moradores, visando a auto-gestão e o fortalecimento da organização comunitária; a integração entre os moradores da comunidade; assessoria às reuniões mensais com moradores do projeto Integrado Morar Bem I; a promoção de atividades socioculturais, de arte-educação e recreativas, com intuito de valorizar a cidadania e a educação ambiental; a organização do Grupo de Adolescente – que posteriormente passou a ser o grupo Guardiões da Natureza; a organização do Grupo Arte e Saber, facilitando troca de saberes e a participação comunitária das mulheres.

Destacamos ainda, como importantes atividades neste período: organização do Grupo de Crianças, oportunizando espaço de participação e de desenvolvimento de atividades lúdicas e de artesanato com as crianças; organização da União Futebol Clube; capacitação das Equipes Técnicas – UNISUL e PMSJ; capacitação de lideranças comunitárias – com ênfase em temas sobre a participação comunitária e o desenvolvimento local; capacitação de agentes de saúde e de educadores das escolas municipais, bem como do Centro de Educação Infantil; assessoria ao processo de criação da Associação de Moradores da Comunidade Morar Bem I – AMOBEM. É importante ressaltar que a efetivação, ou seja, a legalização da Associação de Moradores teve a participação ativa da equipe de consultoria da UNISUL.

É necessário destacar, também outras atividades desenvolvidas, como: a coordenação e organização das reuniões mensais com os moradores da comunidade Morar Bem I e famílias cadastradas das comunidades do Pedregal e do Metropolitano, além de eventos que destacam a preservação do meio ambiente (com os técnicos – UNISUL e PMSJ, educadores, agentes de saúde, lideranças comunitárias, adolescentes, crianças do CEI e integrantes dos grupos organizados); a oficina de arte-educação e sócio-educativa – ressaltando a auto-estima e o exercício da cidadania; a pesquisa sócio-econômica e cultural com os moradores do conjunto habitacional Morar Bem I, envolvendo 305 famílias; as visitas orientadas de educação sanitária e ambiental e mobilização comunitária, através de contratos sistemáticos com os moradores.

No período de julho de 2004 até maio de 2007, a dificuldade maior foi a seguinte: centro comunitário com espaço físico insuficiente e a inexistência de equipamentos para o desenvolvimento das atividades com os grupos. Este é um

obstáculo que corresponde ao gradativo aumento da demanda, fruto do trabalho de participação comunitária.

Outras dificuldades foram: os desencontros de comunicação e de liberação de equipamentos e de transportes nos setores responsáveis na UNISUL, dificultando a realização das ações programadas; a inexistência da área de lazer que dificulta a realização de atividades necessárias às crianças e jovens – como prática de esporte e de recreação ao ar livre; embora o Centro Comunitário tenha passado por pintura e reposição dos vidros, as condições do mesmo são precárias (os banheiros depredados e em condições inadequadas de higiene, falta de cadeiras, mesas, armário e por muitas vezes até de água). E esta falta de condições que impediu, neste período, a formação de novos Grupos e/ou ampliação de algumas atividades.

A falta de condições de segurança no Centro Comunitário, também foi uma dificuldade verificada, pois esta tornou inviável a recepção de doações, tais como: computadores; arquivos; armário e refrigerador, desestimulando algumas lideranças. As preocupações dos moradores com busca de trabalho/geração de renda ocupam os moradores, uma vez que estes se voltam especificamente as ações que vislumbram renda, tanto na projeção de atividades nos Grupos, quanto nas iniciativas de busca de trabalho. Também houve dificuldade em conciliar os horários com os integrantes da diretoria da AMOBEM, considerando que os mesmos estão trabalhando e/ou estudando. Outro fator problemático é o da violência nas comunidades vizinhas que provocou policiamento ostensivo no Morar Bem I, impedindo a realização de ações e/ou a tímida participação de lideranças nas ações propostas.

Quanto às dificuldades ambientais, essas foram: acúmulo de lixo nas extremidades das ruas próximo das matas; bocas de lobo com entulhos, dificultando

o escamento de água; as áreas próximas ao córrego infestadas de *Brachiaria sp.* (capim braquiária); presença de animais como cavalos e cachorros soltos na comunidade, tendo possibilidade de disseminação de carrapatos; mesmo após a limpeza do arroio que corta a comunidade, ainda percebe-se que moradores da comunidade e de fora dela ainda jogam seus entulhos e outros materiais como animais mortos nessa região; resistência cultural aos trabalhos de educação sanitária e ambiental por parte de alguns moradores; demora para recolhimento dos entulhos na horta, por parte da Prefeitura; crianças utilizam a área da horta para soltar pipas, sendo que inexistente parque ou área de lazer de acesso às crianças e jovens; desmotivação dos jovens diante da falta de iniciativa quanto a área de lazer e esporte na comunidade.

Outras dificuldades encontradas foram: incerteza quanto à assinatura do contrato PMSJ e UNISUL, gerando desencontro de informações e cobranças à EC-UNISUL; disponibilização de recursos pessoais por parte da EC-UNISUL para a realização do trabalho social; significativa redução de tempo para reuniões por parte dos dirigentes da AMOBEM, envolvidos em seus respectivos trabalhos. Porém, os mesmos manifestam preocupações com a desarticulação do organismo e atribuem ao período eleitoral o afastamento dos dirigentes (visto que parte destes trabalham durante a campanha eleitoral); falta do repasse dos recursos previstos no contrato entre PMSJ e UNISUL, não permitindo o pagamento da equipe técnica contratada desde o início das atividades, e os recursos financeiros previstos em TR para o desenvolvimento das atividades. Mesmo diante das tratativas e agenda de repasse dos recursos, esta não vem sendo cumprida; inexistência de câmera fotográfica para registro das atividades de campo e dificuldade de acesso a equipamentos como televisão e vídeo cassete.

É importante destacar que as cobranças por parte de liderança do Pedregal e da PMSJ de ações que não correspondem aos objetivos MOC e ESA, sob a responsabilidade UNISUL, foi uma dificuldade encontrada. Constataram-se equívocos na compreensão do trabalho de consultoria contratado e previsto em TR; oscilação da participação dos membros da Comissão Provisória de Moradores nas reuniões semanais, sinalizando o excesso de reuniões e de atribuições por eles assumidas.

Destacamos também como dificuldades, no período de julho de 2004 a maio de 2007: a impossibilidade dos moradores da Comunidade do Pedregal em participar das atividades desenvolvidas no Morar Bem I devido à distância entre as duas comunidades; ausência dos representantes da Prefeitura Municipal de São José nas reuniões semanais da Comissão Provisória de Moradores e na reunião mensal, fato percebido e cobrado pelos moradores à EC-INUSUL; desarticulação das ações MOC/ESA com o GTR, pois a EC-UNISUL vem recebendo cobranças de ações relacionadas ao GTR; circulação de informações distorcidas sobre o Projeto Integrado.

Há ainda, relativo às dificuldades: a fragmentação das informações relacionadas às políticas sociais de acesso aos moradores; início das atividades MOC e ESA durante o período pré-eleitoral, dificultando a disponibilidade dos moradores em participar de reuniões (estes envolvidos em atividades/trabalho para os candidatos durante a campanha eleitoral). Evidencia-se no trato com a política a relação “clientelista”, e/ou de uma forma adicional de remuneração; risco latente de uso político partidário do trabalho social por parte dos candidatos e seus representantes no meio comunitário; a precariedade das informações/documentos que denotam diretrizes, políticas e programas sociais dirigidos à população da

comunidade Morar Bem I. Quanto às informações obtidas, predomina a percepção dos usuários dos serviços (moradores) como “favorecidos” e não em sua condição de sujeitos de direitos, conforme preceito constitucional e a base filosófica do projeto de participação comunitária; necessidade de maior articulação entre MOC/ESA e GTR. Há articulação, porém, se faz necessário avançar para o trabalho efetivamente integrado.

De maio de 2007 até outubro de 2007, a coordenação foi assumida por Vera Nícia Fortkamp de Araújo; – Assistente Social, Professora da UNISUL, Coordenadora do Trabalho Social e Mobilização Comunitária – por José Gabriel da Silva; – Engenheiro Agrônomo, Professor da UNISUL, Coordenador de Educação Sanitária e Ambiental – e por Janice Merigo – Assistente Social, Professora da UNISUL.

As dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho, no período de maio de 2007 a outubro de 2007, foram: a EC.– UNISUL não ser chamada pela nova diretoria da AMOBEM para prestar assessoria nas reuniões, mesmo colocando-se a disposição e motivando-a para tal; o grupo de terceira idade não estar cadastrado no CATI, e não poder usufruir, do que este tem para oferecer (ingredientes para o café da tarde) aos grupos da terceira idade organizados, do município de São José; a falta de participação e envolvimento das mulheres da comunidade no grupo Arte & Saber, mesmo com diversas mobilizações já realizadas, como também por parte dos adolescentes. Acredita-se que toda esta desarticulação ocorreu neste período, em decorrência da troca de diretoria da AMOBEM.

Destacamos ainda como dificuldades, no período acima citado, a expectativa levantada pelo passeio cultural ao CATI que não houve, o que trouxe frustração ao grupo de idosos, bem como o desconhecimento das coordenadoras do grupo de

idosos da necessidade de se articularem comunicando a transferência da data do passeio cultural aos 15 participantes assíduos e que tinham se comprometido com o passeio; resistência por parte de membros da AMOBEM (aqueles que faltam as reuniões programadas) em compreender o processo pedagógico adotado pelos professores durante a discussão e reflexão sobre a construção de um informativo, jornal ou reportagem; parte dos membros da AMOBEM programarem reuniões que não seja dentro das possibilidades da maioria dos participantes envolvidos; observa-se a dificuldade dos idosos para primeiro ouvir e conhecer as justificativas e através do diálogo chegar a acordos democráticos e a um consenso; as constantes declarações do presidente da AMOBEM sobre a sua ausência nas atividades programadas, justificando-a por estar em reuniões com o poder Público Municipal.

Sentimos dificuldades com relação ao expressivo número de crianças presentes no encontro semanal com as mulheres do grupo Arte & Saber que são obrigadas a acompanhá-las, haja vista que não tem com quem deixá-las para poderem participar das atividades programadas, o que dificulta a concentração; a indisponibilidade da aluna do curso de Pedagogia para o desenvolvimento de atividades sócio-pedagógica com as crianças do grupo Amizade, como já vinha sendo desenvolvida no ano passado, e a falta de espaços apropriados para as atividades que são paralelas ao grupo Arte & Saber.

Os equipamentos, ou a falta deles, também geraram dificuldades como, por exemplo, o uso de câmera fotográfica de terceiros e que nem sempre pode ser disponibilizada para a EC – UNISUL; precariedade das condições de trabalho no Centro Comunitário como a falta de mesas e cadeiras adequadas, cozinha não equipada contendo apenas um fogão, porém sem o gás.

Algo que se revela também como uma dificuldade é a falta de escolaridade dos participantes do grupo da Terceira Idade, que os expõe a enfrentar dificuldades diversas.

Quanto ao trabalho ambiental, a dificuldade foi a seguinte: falta de ferramentas adequadas para serem utilizadas pelos grupos nas atividades na horta, incluindo pá, enxada e ancinho, como também uma pessoa responsável pela sua guarda não estar presente nos momentos de disponibilizar-las mesmo, após contatos prévios.

Outras dificuldades foram: ausência da maioria dos representantes da diretoria da AMOBEM na reunião de apresentação das atividades programadas do mês de setembro pela EC – UNISUL e representação da PMSJ; necessidade de ajustes no prazo de repasse dos recursos financeiros a EC – UNISUL, que vem efetuando compra de material para as oficinas temáticas de MOC e ESA; parte dos membros da AMOBEM (que participavam da diretoria anterior) não socializarem a forma de conduzir eventos; inexistência de um planejamento das atividades comemorativas do dia da criança na comunidade, mesmo com a insistência da EC – UNISUL em oferecer a assessoria; participação de poucos adultos nas sessões de cinema oferecidas a comunidade no dia 15/09, porém foi expressivo o número de crianças e adolescentes, aproximadamente 120.

De novembro de 2007 a setembro de 2008, passou a ser coordenada por Janice Merigo – Assistente Social, Professora da UNISUL – com a participação do José Gabriel da Silva – Engenheiro Agrônomo, Professor da UNISUL, Coordenador Educação Sanitária e Ambiental. Em decorrência dos atrasos no repasse de recursos da Prefeitura Municipal de São José para a UNISUL, não foi contratada outra técnica, conforme vinha acontecendo na equipe de consultoria da UNISUL.

Durante este período, segundo Merigo (2008), as principais atividades desenvolvidas foram: a assessoria prestada aos grupos organizados; oficinas de artesanato oferecidas ao grupo de mulheres, possibilitando a geração de trabalho e renda (é preciso ressaltar que foi envolvido artesãs da própria comunidade nas oficinas realizadas); mobilizações comunitárias para a participação dos moradores nos grupos organizados; curso profissionalizante de pintura em cerâmica; contatos e envolvimento com o Centro de Atenção ao Idoso (CATI); exposição na Escola Municipal da comunidade dos artesanatos realizados pelos grupos organizados (Terceira Idade e Mulheres); capacitação sobre a política do idoso; contatos, articulações institucionais e com equipamentos sociais; contatos, reuniões, articulações com professores e acadêmicos de cursos da UNISUL. Além de contatos, reuniões, articulações com professores e acadêmicos de diferentes cursos da UNISUL.

Bem como se efetivou: recadastramento das famílias moradoras da comunidade, envolvendo 28 acadêmicos dos mais variados cursos da UNISUL; organização interna do centro comunitário realizado em parceria com o Escritório Modelo de Design; divulgação do Escritório Modelo de Advocacia para a comunidade, com o intuito de garanti-lhes acesso à justiça; participação da Presidente do Conselho do Idoso de Florianópolis para viabilizar a capacitação com a diretoria da AMOBEM; entrega de brinquedos para a comunidade, a partir de uma campanha organizada pela UNISUL (natal de 2007);

Quanto às principais dificuldades foram: as pendências quanto ao repasse do valor da PMSJ para a UNISUL; a desarticulação do grupo de idosos em decorrência da utilização do Centro Comunitário para funeral e também sendo utilizado por algumas idosas não residem mais na comunidade; a comunicação entre EC-UNISUL

com a AMOBEM, foi sempre complicada, as informações repassadas eram distorcidas ou interpretadas de forma incorreta.

Ainda ocorreu a falta de reuniões sistemáticas da EC-UNISUL com a diretoria da AMOBEM e, principalmente, com a Prefeitura Municipal de São José. É preciso atentar que os encontros e contatos da EC-UNISUL com a AMOBEM se restringiram ao Presidente, Secretario e Fiscal, sem a presença dos demais membros da diretoria. Também há falta de liberdade para os grupos se organizarem, sendo indicado os coordenadores pela diretoria da AMOBEM e não escolhidos pelo próprio grupo. Podemos também apontar que houve uma busca de controle excessivo por parte da AMOBEM no trabalho desenvolvido pela EC – UNISUL.

Aparecem também como dificuldades: interesses políticos por parte da PMSJ em relação à comunidade; a dificuldade de acesso à chave do Centro Comunitário, pois está permanecia com o Presidente, sendo necessário procurá-lo toda a vez que o centro comunitário fosse utilizado; a falta de clareza da AMOBEM quanto aos recursos utilizados no projeto, e o tramite financeiro vinculado a UNISUL, Prefeitura Municipal e Caixa Econômica Federal e atrasos nos repasses financeiros da PMSJ para a UNISUL; o número significativo de faltas dos Idosos aos encontros do grupo; faltas dos membros da AMOBEM nas reuniões da diretoria; faltas dos membros da diretoria da AMOBEM na capacitação sobre a política dos idosos, escolhida pelo próprio grupo; falta de representatividade do grupo da Terceira Idade “AMORBEM” na capacitação do mês de outubro, realizada no Centro Comunitário sobre a política e Estatuto do Idoso.

Relativo ainda às dificuldades, temos: a visão equivocada por parte de membros da AMOBEM ao que se destina os recursos provenientes do Projeto HBB, havendo cobranças direcionadas a EC-UNISUL; os constantes atritos entre os

membros da AMOBEM e as coordenações dos grupos organizados, vêm provocando a ausência nas reuniões da AMOBEM e nas demais atividades programadas pelos grupos; as constantes declarações do presidente da AMOBEM sobre a sua ausência nas atividades programadas, justificando-a por estar em reuniões com o Poder Público Municipal; inúmeros contatos com o setor financeiro da PMSJ, sem retornos.

Ainda, segundo Merigo (2008), o Serviço Social produziu resultados que são de ordem sócio-educativa e de acesso aos direitos sociais. A contribuição relativa ao âmbito individual refere-se ao desenvolvimento do espírito crítico, quando os próprios grupos manifestam a vontade de escolherem suas coordenações e de participarem das atividades que acontecem na comunidade. À volta para a escola por parte de algumas mulheres do grupo nos deixou satisfeitas, visto que o tópico da importância do estudo para a vida foi bastante destacado por nós, que sempre motivamos todos para voltar a estudar.

3. IDOSO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

3.1. Idoso: conceitos e significados

Para uma melhor compreensão faremos um breve relato sobre a história do idoso no Brasil e no mundo, e suas evoluções, focando maior atenção a partir dos anos 80, quando ocorreram grandes transformações, principalmente a partir da Constituição Brasileira de 1988. Podemos assim acompanhar o longo caminho percorrido por aqueles que, no decorrer dos tempos, sempre buscaram por seus direitos, e que foram sempre relegadas à margem da história.

Segundo Berzins (2003, p. 21), a espécie humana nunca viveu tanto. Em séculos passados, o indivíduo era considerado velho quando alcançava 40 anos. Verificou-se, então, que os anos vividos variavam de acordo com a época e o lugar onde eram vividos. Na Grécia Antiga a idade média das pessoas era em torno de 25 anos. Obviamente, a longevidade e expectativa de vida foram crescendo com o decorrer da história. No século XVII subiu para 30 anos e foi somente no século XIX que aumentou para 35 anos, o que significa que a humanidade levou 2000 anos para ganhar 10 anos de vida. Quer dizer, a velhice é uma categoria construída socialmente, pois é vista e tratada de maneira diferente, de acordo com períodos históricos e com a estrutura social, cultural, econômica e política de cada povo.

Segundo Veras (2003), “a longevidade e o envelhecimento populacional no Brasil estão desafiando cientistas, técnicos, profissionais, políticas e serviços. Se, nos países desenvolvidos, este fenômeno está ocorrendo há mais de um século, nos países em desenvolvimento, como o nosso, este processo está se desenvolvendo há muito pouco tempo.

No Brasil, o número de pessoas com mais de sessenta anos, passou de 3 milhões em 1960, para 7 milhões em 1975 e, mais contemporaneamente, para 14 milhões em 2002, apresentando o espantoso aumento de 500% em quarenta anos. As projeções demográficas para 2020 apontam para 32 milhões de idosos brasileiros. Quer dizer, em 2020, 15% da população do país será idosa, colocando o Brasil em sexto lugar no ranking mundial de países com maior número de idosos.

Proporcionalmente, o número de idosos vem crescendo mais rapidamente que a população de crianças, sendo que o censo de 2000 já registrou 30 idosos para cada 10 crianças. A esperança de vida média para homens e mulheres brasileiros, que, em 1940 era de 38,5 anos, em 2000 alcançou 68,6 anos no ano 2025 está

projetado para 75,3 anos de idade. A longevidade tende a multiplicar por 15 o número de brasileiros com 100 anos ou mais até 2050, chegando a 2,2 milhões de centenários.

Segundo Areosa e Areosa (2008), esses desafios, além de requererem maiores exigências econômicas e sociais, necessitam de políticas e programas adequados para que a seguridade social possa se constituir, atendendo as necessidades das pessoas com mais de 65 anos e das que sofrem de algum tipo de dependência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) sustenta que todos os países precisam, e principalmente os em vias de desenvolvimento, fazer planos e agir em busca de medidas para as pessoas de mais idade continuem ativas, sendo que, tais planos precisam ser tratados prioritariamente.

No Brasil há um estatuto que protege e ampara legalmente o Idoso. O Estatuto do Idoso, aprovado pela comissão Diretora do Senado Federal, em 23 de setembro de 2003, assegura os direitos da pessoa acima de 60 anos, que no decorrer de suas vidas contribuíram para a nossa sociedade e hoje devem, por direito, desfrutar das melhorias por eles conquistadas.

O Art. 10 § 2º diz: *“O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetivos pessoais”.* (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, p. 09). Sendo que este estatuto é distribuído em uma cartilha que estimula a criação de espaços de convivência para idosos, como os chamados “grupos da terceira idade”.

A Política Nacional do Idoso, em seus direitos fundamentais, têm confirmado o direito à vida (Art.8º). O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção é um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente.

No capítulo VII da Constituição Brasileira, de 1988, consta sobre o dever dos filhos maiores ampararem seus pais na velhice, sobre a família, a criança e o adolescente (art. 229), *“os pais tem o dever de assistir criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”*.

Já no art. 230, a família aparece em primeiro plano quanto ao dever de cuidar dos idosos, bem como, a sociedade e o Estado passam a ter o dever constitucional de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, oferecendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito a vida.

A velhice é o último período da evolução natural da vida. Em muitas culturas e civilizações, a velhice é vista com respeito e veneração; representa a experiência e o saber acumulado. Entretanto, a sociedade moderna e urbana acelerou o ritmo de suas atividades, e, com isso, marginalizando aqueles que não os acompanham.

Para Berquó (2004, p.11) *“o idoso, ou seja, o seguimento com 65 anos e mais de idade, por exemplo, vem tendo seu peso relativo aumentado no total da população. Ao mesmo tempo os brasileiros vem assistindo o aumento de sua longevidade”*.

Com o objetivo de proporcionar aos idosos momentos de convivência harmoniosa e de cidadania com outras pessoas de sua faixa etária quando poderão trocar experiência e praticar atividades esportivas, culturais e de lazer -, a Submissão permanente do idoso do Senado Federal sugere a criação de Grupos da Terceira Idade nas comunidades (ESTATUTO DO IDOSO, 2003, p. 47).

Em sua pesquisa em que analisou atas, registradas durante dez anos, de um conselho municipal de idoso, Bredmeier (2003, p. 99), constatou que os idosos são muitos e que, de fato, há um despreparo da sociedade em administrar esta nova situação. *“Poucos estão aptos a exercer sua cidadania nesta sociedade de cuja*

caracterização participou, ativa ou passivamente, na medida em que se mostram relevantes”. Por isso, pode-se dizer que o distanciamento entre a legislação e a realidade dos idosos no Brasil ainda é enorme.

Daí a importância do espaço público. Sobre isto, Bredmeier (2003, p. 98) descreve-o como sendo o lugar em que “se busca a compreensão da realidade do idoso”, e explicita os momentos em que se sobressaem este espaço: “a primeira, na qual o idoso está voltado para o idoso, e a outra, na qual o idoso está na frente da sociedade”.

Deste modo, o espaço público é o lugar do discursar e do fazer. Para Bredmeier (2003, p. 98), quando o idoso se organiza, ele pode, notadamente, abrir caminhos, isto significa, “articular, reivindicar, pressionar, fazer, aparecer”. Contudo, isto não tem sido alcançado em sua plenitude. Porém os conselheiros se mostram como uma alternativa que viabilizaria novas formas de dar cidadania à velhice.

É de grande importância que criem mecanismos para ajustar a sociedade ao convívio e acolhimento desses idosos, bem como para garantir-lhes uma melhor qualidade de vida.

É necessário deflagrar uma revolução social e cultural que possibilite, de um lado, a efetivação de políticas públicas que responda as necessidades do segmento, e, de outro, tão importante quanto, o investimento na mudança da percepção que a comunidade familiar e social tem sobre o envelhecimento e a velhice, provocando o rompimento de mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento idoso. (BRUNO, 2003, p. 76).

A prova do preconceito evidencia-se quando se constata que “vivemos numa cultura que instituiu ser ‘vergonha’ declarar a idade cronológica”, uma vez que é indelicado, indiscreto, e se constitui como sendo uma “falta de educação” perguntar ao outro quantos anos ele tem.

Para partirmos em busca de politizar o tema da velhice, Bruno (2003, p.77) também aponta, assim como outros autores aqui levantados, a importância de conquistar um novo lugar e espaço na sociedade, e tal espaço é reivindicado na

visibilidade, quer dizer, na protagonização para se efetivar este lugar social. Bruno (2003) mostra-se mais otimista, e indica que,

[...] essa busca tem crescido muito, com a participação cada vez maior dos idosos que vêm se organizando por meio de fóruns regionais de cidadania, grupos de discussão e formação, nas universidades abertas à terceira idade, nas associações de aposentados e tantos outros.

A sociedade deve ser sensibilizada e alertada para ter uma conduta junto aos idosos que respeite, sobretudo, sua autonomia. (BRUNO 2003, p.77)

A velhice, então, revela-se como um tempo de possibilidade de vida, como diria Bruno (2003, p.77): “É um tempo de SER”.

Com o otimismo de Bruno (2003, p.77), que nos faz refletir sobre a organização dos idosos nos fóruns regionais, nas universidades de terceira idade, observamos que nem todos idosos têm oportunidades de vivenciar tais acontecimentos por falta de políticas públicas e sensibilidade social.

Segundo Acosta e Vitale (1999 p.103),

em face da fragilidade dos laços conjugais, os avós tendem a ser, para os netos um pólo de estabilidade familiar. O divórcio ou a separação dos filhos acaba por mobilizar. Nos períodos de transição, vezes os avós podem ter um efeito tranqüilizador do ponto de vista das crianças. Em compensação, quando se somam diante das crises familiares, muitas os conflitos, podem contribuir para o aumento de tensão familiar.

Dessa forma, quando ocorrem separações conjugais ou as famílias estão na condição de monoparentalidade, – na qual o grupo familiar se caracteriza pela chefia de uma só pessoa –, é freqüente um dos avós assumir, temporariamente ou não, parte da responsabilidade atribuída às figuras parentais. Muitas vezes, isso pode gerar entre avós e pais a formação de um par educacional ou provedor mediato, por suas considerações culturais e socioeconômicas. Nesta ocasião, mesmo para os seguimentos médios, tende haver uma diminuição da renda na rede familiar. Em situações mais extremadas, filhos e netos voltam temporariamente ou definitivamente para a casa dos pais/avós.

Observamos que, em alguns casos de separação conjugal ou desemprego, os filhos retornam à casa dos pais em busca de apoio. Eles possibilitam aos filhos uma retaguarda, proporcionando o acolhimento em um momento de necessidade, e assim se estabelece na família uma relação de dependência material e afetiva.

Em nossa experiência prática, constatamos que os idosos carregam a expectativa de receberem atenção e cuidados dos filhos e netos no momento em que perderem ou tiverem sua capacidade física ou mental diminuída, sendo este ponto uma preocupação constante na vida dos idosos.

3.2. A participação como direito democrático

A educação para a cidadania em qualquer etapa da vida do ser humano é um desafio interessante quando enfrentado juntamente ao idoso, envolvendo-o num processo de aprendizado onde ele seja incentivado e instrumentalizado para assumir o papel de protagonista na busca de seu espaço social.

Segundo Bruno (2003, p.75)

Como cidadania é exercício, é movimento, educar para a cidadania é estabelecer o desenvolvimento de um processo de aprendizado social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos

O desafio se torna particularmente interessante quando enfrentado juntamente ao seguimento idoso, onde é comum encontrar pessoas que vivem toda uma vida de fazer a reflexão sobre o significado da sua condição de cidadão.

É possível começar a exercer a cidadania em qualquer etapa da vida, espaço que possibilitam a educação para a cidadania, como as universidades abertas à terceira idade, centros de convivências, grupo de reflexão, entre outros, tem levado os idosos a se perceberem e serem fortalecidos na sua condição de cidadão, sujeito de direito.

Na conjuntura atual estão previstas a participação dos conselhos nos diferentes níveis do regime democrático: federal, estadual e municipal. Dentre estes,

os conselhos municipais apresentam maiores potencialidades, como ainda escreve Bredmeier (2003, p.85):

As potencialidades dos conselhos municipais dentro do regime democrático têm sido valorizadas sob o prisma de serem os mesmos espaços públicos onde se desenrolam inúmeras práticas sociais que, ou reforçam valores antidemocráticos, ou revelam perspectivas da introdução de novos valores, ou ainda de retomar antigos valores que se perderam no tempo, agora sendo novamente revividos.

A paridade é uma das idéias centrais que permeia a criação dos conselhos, assim se colocam frente a frente os representantes da sociedade civil e o governo, em igual número, em diálogo para planejarem as políticas sociais que atendam às demandas da sociedade. Nesses espaços há interação e a paridade de agentes tem o objetivo de evitar que uma parte se sobreponha à outra.

Como a política habitacional é compreendida como direito do cidadão, esta passa a ser integrada, no espaço dos conselhos, de forma participativa. Portanto, é fundamental a participação dos moradores e deve ser viabilizada desde a fase preliminar de construção das casas, até a implantação do projeto de urbanização. Assim, os beneficiários, sujeitos de direitos que são, passam a ser tratados como protagonista da transformação de sua realidade e, conforme Bredmeier (2003, p. 89):

O aparecimento é uma forma de tornar público aquilo – o discurso e a ação, que quero dividir, discutir, trocar com outrem. Tornar público, ou seja, trazer ao conhecimento dos outros. A ação do ator *re-significa* perante os outros. O que se faz está sempre calcado, de forma explícita ou não, num discurso que se adota. O que revelam os discursos do idoso no Conselho? Sobre um passado, presente e futuro, quanto ao que fez, faz e quanto ao que pretende fazer.

Dentre as ações desenvolvidas na área do idoso, estão os grupos de convivência, e o grupo de idosos AMOR BEM, da Comunidade Morar Bem I, do município de São José. O mesmo colabora para elevar a expectativa de vida dos participantes. A participação dos integrantes do grupo contempla um conjunto de

forças sociais de acordo com as suas especificidades locais, respeitando os princípios das histórias em suas trajetórias.

Deste modo, observamos que o grupo de idoso AMOR BEM, e constatamos que este realiza atividades de estímulo à memória, dinâmica de expressão corporal, que facilitam a expressão verbal, também pratica exercício para a coordenação motora e respiração. Dessa forma, os participantes demonstram, através das atividades, contentamento.

O grupo “AMOR BEM” conta com a parceria da Prefeitura Municipal de São José e a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. O mesmo grupo é assessorado pelas Assistentes Sociais e Professoras Vera Nícia Fortkamp de Araujo e Janice Merigo, ambas da UNISUL.

De acordo com a coordenadora (moradora) e participante do grupo, estão cadastrados 38 participantes, sendo 08 homens e 30 mulheres, porém os que freqüentam o grupo de forma assídua são em torno doze a quinze participantes.

Segundo Sommerhalder e Nogueira (2000, p.102),

de modo geral, os idosos de sociedades históricas e tradicionais eram valorizados por servirem como mantenedores e transmissores dos valores e dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Com o processo de modernização da sociedade, o papel do transmissor de cultura e conhecimento foi transferido gradativamente para a escola, bibliotecas, livrarias, museus; em fim, instituições e não mais pessoas. Atualmente, essas instituições exercem esse papel. Na sociedade atual, que passa por processos acelerados e constantes de transformações, a experiência de vida acumulada pelos idosos acaba perdendo o reconhecimento.

Conhecer melhor as relações entre grupos de idosos é uma necessidade crescente entre aqueles que se dispõem a trabalhar com pessoas, que estão inseridos em grupos familiares e sociais. Assim, tenta-se resgatar desses idosos valores e conhecimentos que a sociedade atual, por estar em constantes transformações, parece não perceber.

Porém o espaço democrático está ainda muito longe de acontecer. Pedro Demo (2007, p. 37) chama atenção para o fato de que a política social não é desenvolvida ingenuamente ou benevolentemente para os pobres, que são objetos desta política, mas para seu sujeito propriamente, quer dizer, para o Estado. Uma vez que dele deriva o sujeito que ele deseja, o denominado o sujeito social.

Política social tem nos pobres não seu alvo, objeto, paciente, mas seu sujeito propriamente, entrando o Estado, ou qualquer outra instância, como instrumentação, apoio, motivação. Nesse espaço emerge a oportunidade inclusive de formação do sujeito social, consciente e organizado, capaz de definir seu destino e de compreender a pobreza como justiça social. (DEMO, 2003, p. 37).

Na verdade o espaço participativo nos indica que a política social não pode ser apenas pública. Para Pedro Demo (2003, p. 38), parte dela nasce da própria sociedade. “A política sindical, defesa da cidadania, identidade cultural, associativismo e cooperativismo são iniciativas que devem ser normatizadas pelo Estado, mas não submetidas a ele”. Mas se o Estado normatiza estas políticas ele já não as estaria submetendo? Como normatizar as políticas públicas sem as submeter? Toda normatização não é uma submissão? Para Pedro Demo não, a normatização imposta pelo Estado viria somente como instrumentação, tal como viria o técnico, o pesquisador, o planejador, etc. (Demo, 2003, p. 41)

Ao resumir os componentes de políticas participativas típicas exigidas pela cidadania organizada, Demo (2003, p. 39) aponta os grupos de idosos como sendo um grupo político de conquista dos direitos, dentre outros, que se enquadram nas chamadas minorias (mulher, criança, índio, deficiente, etc.).

O ideal seria, conforme os ensinamentos de Demo (2003, p. 41), que acontecesse um compromisso emancipatório.

Emancipação social é, em seu âmago, descobrir-se capaz de realizar o processo emancipatório por si mesmo, dentro de circunstâncias dadas. Por isso, participação é alma da educação, compreendida como processo de

desdobramento criativo do sujeito social. Porque educar de verdade é motivar o novo mestre, não repetir discípulos.

Essa emancipação social da população idosa irá acontecer por meio de participação, em grupos de convivência, conselhos, no sentido de transformar a realidade em que se encontram os idosos brasileiros.

4. Apresentação e pesquisa

4.1 Objetivo e metodologia

Este estudo teve como objetivo geral conhecer a participação dos idosos no grupo AMOR BEM, da Comunidade Morar Bem, do Município de São José - SC. O nome do grupo foi escolhido pelo próprio grupo, na coordenação da Assistente Social – professora, Vera Nícia de Araújo.

A pesquisa se caracteriza como sendo uma pesquisa de campo qualitativa e quantitativa, na qual foi utilizada como instrumento a entrevista.

Para coleta de dados, foram elaborados formulários contendo questões que buscam responder os objetivos propostos neste projeto, quais sejam: elementos sobre a organização; estruturação e funcionamento do grupo; qualidade e quantidade de participação nos encontros através da entrevista com cada um de seus membros participantes.

A amostra privilegiada foi a aleatória simples, quer dizer, foi atribuído a cada idoso um número, e posteriormente foi realizado o sorteio que limitou o número de pessoas a serem entrevistadas.

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2008, nas terças-feiras, dia em que o grupo se encontra no Centro Comunitário Morar Bem I.

4.2. Análise dos dados

No grupo da Terceira Idade AMOR BEM, da Comunidade Morar Bem, a maioria dos participantes, ou seja, 58% têm 60 anos ou mais. Conforme o Estatuto do Idoso é considerado pessoa Idosa aquele com idade a partir de 60 anos (ano 2003).

Segundo Areosa e Areosa (2008), nos países desenvolvidos a velhice inicia aos 65 anos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). A diferença de cinco anos pode ser entendida como uma das limitações de nível de desenvolvimento e nos faz pensar em termo de qualidade de vida e expectativas em relação à longevidade.

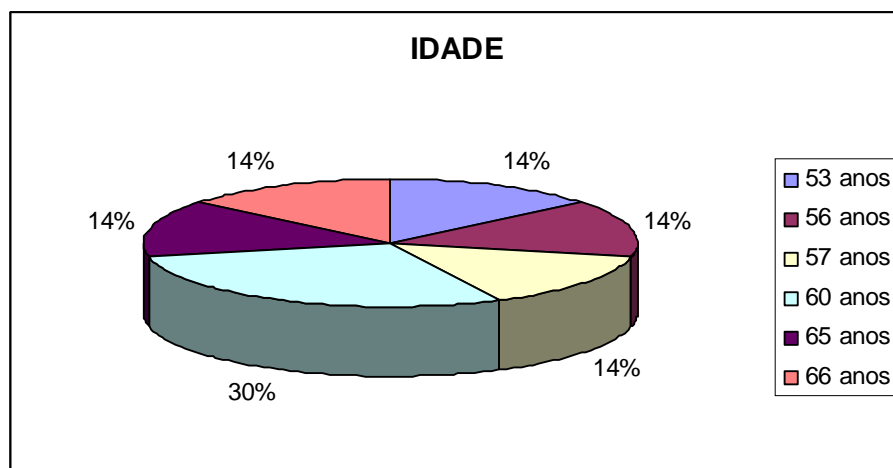


Gráfico 1 – Idade dos participantes,
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2008

A maioria 86% são mulheres, sendo que, nesta faixa etária, o número de mulheres idosas é mais significativo do que o número de homens no Brasil.

Segundo Berzins (2003 p.29), no Brasil, 55% dos idosos são mulheres, na idade de 60 anos, quando chega aos 80 anos este número sobe para 60%. Este

fenômeno se repete em parcialmente quase todos os países. (IBGE – Censo Demográfico 2000).

A predominância da população feminina entre os idosos tem repercussão importante nas demandas por políticas públicas. Uma delas diz respeito ao fato de que, embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais. (CAMARANO, 2001, p.61).

Conforme os dados mencionados no grupo de idosos AMOR BEM, as estatísticas comprovam uma porcentagem maior de mulheres idosas participantes.

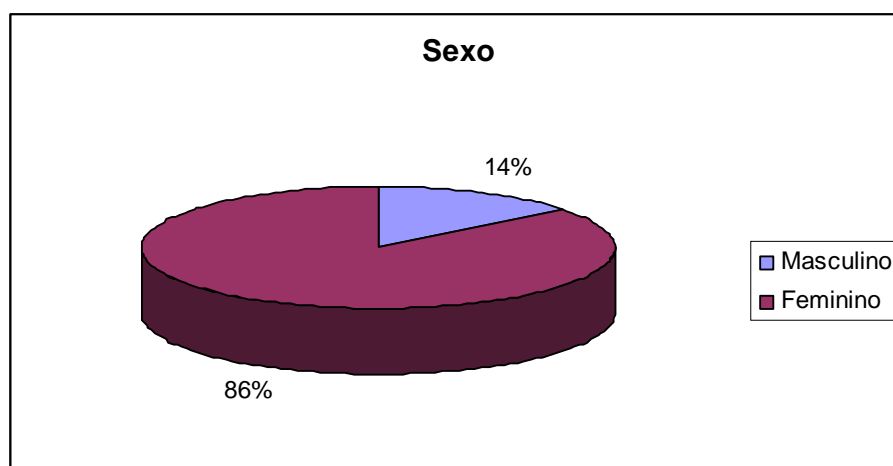


Gráfico 2 – Sexo dos participantes.
Fonte: Elaborado pelas autoras. 2008

Quanto ao número de filhos, percebeu-se que um dos idosos possui 28 filhos. Neste caso específico, houve diversos casamentos. Hoje, denominado de famílias recompostas, ou seja, quando há a separação e casamento novamente.

Aparece um número significativo de 29% com sete filhos, e 28% de com três a quatro filhos (gráfico 3). Quanto ao número de netos, 100% possui netos, sendo variado por cada participante de 06 até 50 netos, somando todos, temos totalizado 105 netos, dos que foram entrevistados.

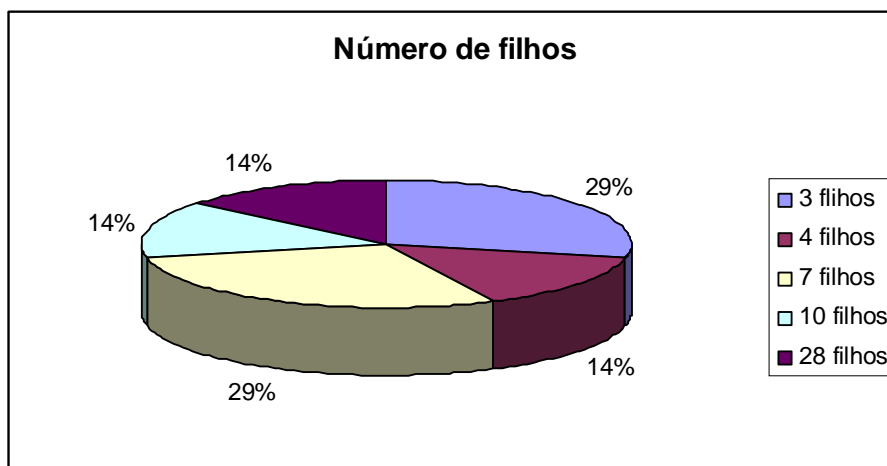


Gráfico 3 – Número de filhos
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2008.

Quanto às relações familiares constatou-se que todos demonstraram bom relacionamento com seus filhos, os idosos entrevistados deixaram transparecer em suas fisionomias ternura e carinho, quando se realizou a pergunta sobre o relacionamento com os filhos e netos. Já em relação aos irmãos o dado que surgiu foi um tanto surpreendente: dos idosos entrevistados, 90% responderam que não tem contato com os irmãos, frase usada por eles: “eu não falo com eles”. (Idoso. A). Dessa forma, é possível verificar que a ambigüidade em relação à família se expressa nos depoimentos dos Idosos entrevistados, que por vezes se revela em afeto, e por outras em outros momentos desalento.

Hoje a maioria, ou seja, 57% estão aposentados. Sabe-se que, quando aposentados, a busca pela participação em grupos organizados é um meio de integração entre os idosos. Quanto à participação, eles responderam que através dos encontros das terças feiras eles fazem mais amigos, buscam conhecimentos e ao mesmo tempo cuidam da auto-estima. As atividades que mais gostam no grupo são: artesanato; dança; passeios; bingo; entre outras (gráfico 4).

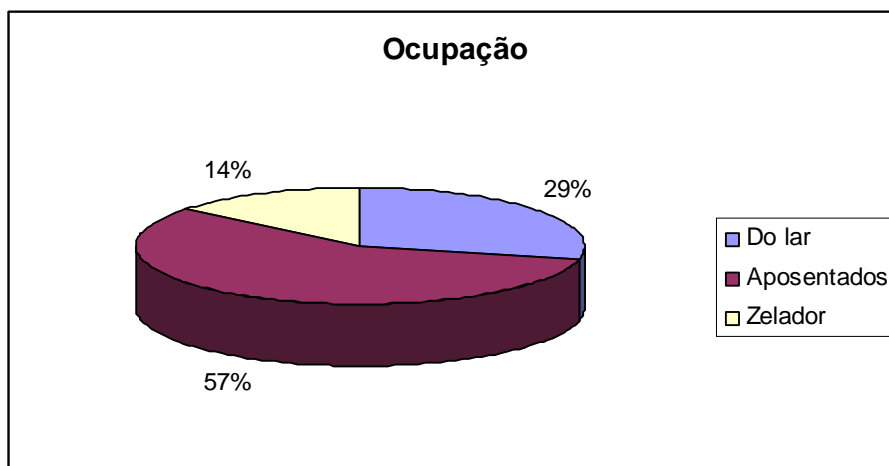


Gráfico 4 – Ocupação.
Fonte:Elaborado pelas autoras, 2008.

Quanto à remuneração, 83% recebem entre 1 e 2 salários mínimo. Mas, sabe-se que a pessoa idosa, na maioria das vezes, auxilia financeiramente seus filhos e netos. Este fato ocorre em decorrência das alterações no mercado de trabalho, onde temos presente o trabalho precário, o trabalho informal, entre outros problemas (gráfico 5).

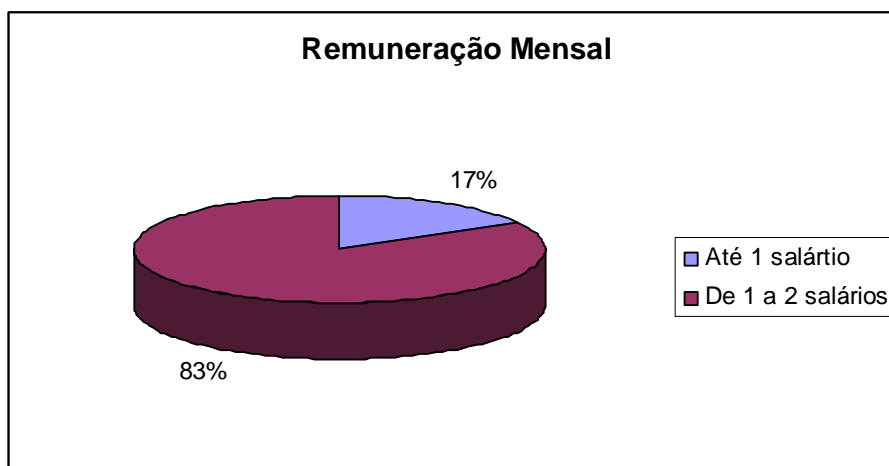


Gráfico 5 – Remuneração mensal.
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2008.

A maioria possui casa própria, contudo é preciso ressaltar que a pesquisa foi realizada em um conjunto habitacional que recentemente foi construído e, sabidamente, estes idosos foram também contemplados pelo projeto Morar Bem I.

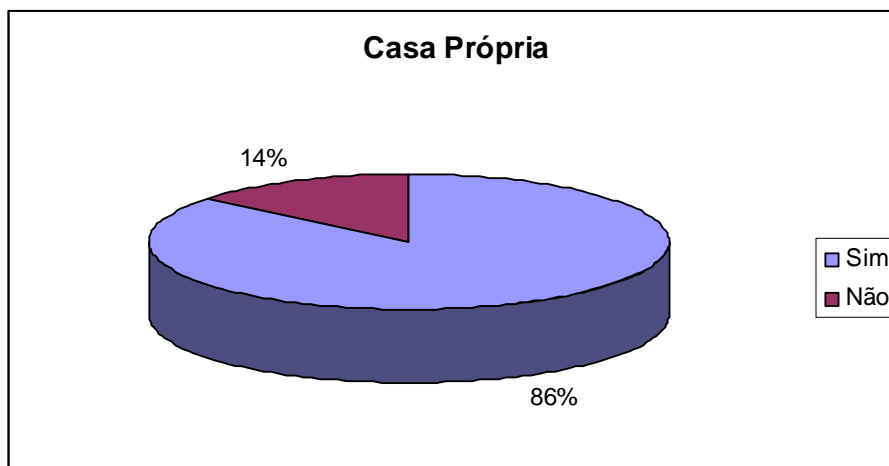


Gráfico 6 – Casa Própria
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2008.

Quanto às questões qualitativas, quando se efetivou a pergunta: porque está participando do grupo AMOR BEM? Percebeu-se que todas as respostas foram direcionadas para lazer, busca de conhecimentos e novas amizades.

A Idosa A e a idosa B responderam que, para elas é um passeio, e nos encontros se divertem muito, e que só assim saem de casa e aprendem algo novo. Segundo Haddad (2000), a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso o direito da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito a vida.

Quando se perguntou: qual a atividade que mais gosta de participar no grupo? Destacou-se a dança, passeio de ônibus e trabalho em artesanato, sendo estas respostas unânimes. Também houve destaque para pintura em vidro e outras, sendo esta modalidade pertencente ao trabalho em artesanatos. O Estatuto do Idoso prevê o direito ao acesso de práticas esportivas, lazer e cidadania:

- *Programa de incentivo às atividades esportivas, artísticas e culturais;*
- *Apoio à formação de grupos de convivência;*
- *Desconto em atividades socioculturais e artísticas.*

Analisando as respostas, como também o entusiasmo de cada um dos participantes do grupo AMOR BEM, sabe-se que é direito deles ter qualidade e quantidade de matéria-prima para seus trabalhos grupais, sendo esta uma forma de apoio ao grupo de idosos AMOR BEM.

Quando questionados: qual a mudança que gostariam de fazer no grupo? Percebeu-se que eles gostariam que houvesse uma mudança na coordenação local. Observou-se ainda, a partir das respostas de cada um dos participantes, que o grupo está passando por uma fase crítica, ou seja, está precisando de organização, pois há uma interferência muito grande da diretoria da associação de moradores na coordenação do grupo .

Segundo Demo (2007 p. 25),

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas constitui o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em conseqüência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo com condições essenciais de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos, co-participantes e co-decisórios.

Quando perguntado: o que mudou na sua vida após a participação no Grupo de AMOR BEM? Percebeu-se que houve aqui também unanimidade nas respostas, que destacaram o aumento da auto-estima. A título de exemplo, podemos destacar a seguinte fala: “mudou tudo em minha vida, melhorou a auto-estima, a saúde, tenho mais vontade de viver, após a participação no grupo AMOR BEM.” (idoso D)

Para Mazo (2001), diante disto devemos buscar garantir os direitos dos idosos, para que eles tenham condições de vida adequadas e com qualidade no que se refere aos serviços de saúde, moradia, remuneração, acesso e oportunidades de atividades educacionais, culturais, artísticas, físicas e de lazer, sendo que este deve ser um trabalho que privilegie as relações intergeracionais.

Relativo à expectativa de vida, relacionada à participação no grupo de idosos AMOR BEM, percebeu-se nas respostas de cada participante que a expectativa de vida para eles é: primeiro, ter saúde, segundo, que haja um crescimento no grupo, ou seja, que aqueles que estão inscritos participem mais. Os mesmo ainda responderam que assim poderão viajar, passear, dançar, e planejar um futuro melhor para o grupo. Eles também reivindicaram um apoio maior das autoridades, para que essas possam atender os direitos deles, e que não falem materiais para os artesanatos e os trabalhos manuais.

Observou-se também, em suas fisionomias, o entusiasmo em falar da expectativa de vida com o grupo, porém, ao mesmo tempo, havia preocupação em seus olhares no momento em que pensavam no futuro do grupo ou na expectativa de suas vidas junto ao grupo.

Para Demo (2007) é extremamente complexo construir compromisso firme de serviço público por parte de instituição assistencial, que por vezes vivem o mesmo ambiente paternal e paternalista que propagam. Sendo que o poder público tem, ou pelo menos deveria ter, compromisso com a população.

Espera-se que este grupo de convivência tenha continuidade, conquistando seus espaços de forma participativa e consciente das questões políticas e de direito que permeiam a população idosa.

5. CONCLUSÃO

No decorrer do estágio apreendemos algumas variáveis que norteiam o trabalho do Serviço Social, e entendemos ser necessário que o estagiário exerça domínio sobre um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a execução da política habitacional e garantia do acesso a moradia por parte da população.

Segundo Lamamotto (1998, p. 43), o conhecimento não é só uma camada superficial à prática profissional, mas é meio através do qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.

No desenvolvimento do estágio na área de habitação percebeu-se os interesses políticos e de poder presentes na comunidade, sendo que isto não se apresentou de maneira diferente no grupo da terceira idade AMOR BEM.

O profissional de Serviço Social, no trabalho da política habitacional, lida cotidianamente com interesses políticos e individuais, portanto precisa ser um profissional propositivo no sentido de buscar a organização e o desenvolvimento da comunidade de forma coletiva.

O trabalho social deve ser desenvolvido de forma integrada ao trabalho de educação ambiental. Por esta razão, o trabalho integrado entre Serviço Social, Engenharia e Agronomia é indispensável quando se discute e trabalha a política habitacional.

Com relação à participação do idoso no grupo AMOR BEM, verificou-se o interesse dos idosos em fazer ser parte do grupo e em participar das atividades desenvolvidas, no entanto, percebeu-se, paralelamente, a falta de pressão do

próprio grupo para garantir autonomia na organização de seu espaço, principalmente podendo escolher sua representação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, Alex Keya; ALMEIDA, Marco A. Plácido. **Os Processos de Urbanização de Favelas e a Qualificação dos Serviços Urbanos**. São Paulo: USP, 1995.

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller. **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo, 1999.

AREOSA, A. L.; AREOSA, S. V. C. **Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados**. Textos & Contextos (Online), v. 7, p. 138-150, 2008.

BERQUÓ, Elza. **Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil**. In: DEBERT, Guita G., NERI, Anita L. Velhice e Sociedade. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 11-40.

BERZINS, Marília V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXIV, n. 75, setembro de 2003. São Paulo: Editora Cortez, p. 19-33.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

BREDMEIER, Sonia M. L. **Conselho do Idoso como espaço público**. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXIV, n. 75, setembro de 2003. São Paulo: Editora Cortez, p. 85-101.

BRUNO, Maria R. P. Cidadania não tem idade. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXIV, nº 75, setembro de 2003. São Paulo: Editora Cortez, p. 75-80.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. 10ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2007.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania & Exclusão**. Florianópolis: EdUFSC, p. 1999.

GONÇALVES, Maria da C. V. Habitação. **Políticas Sociais Setoriais e por Segmento**. Brasília, UNB/CFESS, ABEPSS, 1999.

HADDAD, E. G. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez 2000.

HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ/SC. Disponível no sítio: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saojose.pdf>. Acesso em: 19/08/2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Rochelly E. de; COSTA, Teresa H. B. S. **Questão Urbana e Serviço Social**. Revista de Serviço Social e Sociedade. nº 79. Edições especiais. Ano: 2004.

MAZO, Giovana Zarpellon; LOPES, Marize Amorim; BERNEDETTE, Tânia Bertoudo; **Educação física e o idoso: concepção gerontológica**. Porto Alegre: Sulina, 2001. 240p.

MERIGO, Janice. **Relatório Final DE Projeto HBB**. São José/ SC, 2008.

POVOA, Fabiana M. Rangel; Berenice Martins. A reforma do Estado e a política de habitação popular. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2004, nº. 78, pág. 33 – 47.

REVISTA SÃO JOSÉ 258 ANOS. Prefeitura de São José, material comemorativo, 2008.

SELMA, Marques Magalhães. **Avaliação: construindo parâmetros das ações sócio-educativas**. Coordenação geral Maria do Carmo Brant de Carvalho. São Paulo: Cenpec, 2005.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; DAL ZOTTO, Giovana Lindair; ARAÚJO, Vera Nícea Fortkamp. **Política Habitacional: Participação comunitária e direitos**. Florianópolis: 2005.

SOMMERHALDER, Cínara; NOGUEIRA, Eliete Jussara. **As relações entre gerações**. In: FREIRE, Sueli Aparecida; NERI, Anita Liberalesso (Orgs.). E por falar em boa velhice. Campinas: Papyrus, 2000. p. 101-112. Cap. 7. (Coleção Vivacidade)

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXIV, nº 75, setembro de 2003. São Paulo: Editora Cortez, p. 75-80.

YAZBEK, Maria C. **As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS**. Revista de Serviço Social e Sociedade. nº 77/2004